

NARRATIVAS MÍTICA, LITERÁRIA E HISTÓRICA E A BUSCA DE SENTIDO NO CONTO DE BERNARDO ÉLIS, “A VIRGEM SANTÍSSIMA NO QUARTO DE JOANA”¹

LEILA BORGES DIAS SANTOS*

RESUMO

As narrativas mítica, literária e histórica têm em comum a busca de sentido e a transcendência, humanizando o tempo e o mundo. Suas similaridades e interdependências estão na análise de mito, de Mircea Eliade (1972), e na relação entre as narrativas literária e histórica, de Paul Ricoeur (2010), com as noções de configuração e reconfiguração. Somam-se a isso, análises de historiadores sobre sensibilidades, subjetividades e catolicismo popular e memória, todas aplicadas ao referido conto de Élis.

PALAVRAS-CHAVE: narrativa, mito, história, literatura, sentido, transcendência.

INTRODUÇÃO

A intenção deste artigo é relacionar a análise sobre mito e não tempo, de Mircea Eliade (1972), a configuração e reconfiguração nas narrativas histórica e literária observadas por Paul Ricoeur (2010) com o conto “A Virgem Santíssima no quarto de Joana”, de Bernardo Élis.

Haverá, primeiramente, um esforço de apresentação teórica a respeito dessas noções, que são o eixo do trabalho. Num momento posterior, serão apresentadas as contribuições sobre sensibilidades e subjetividade, dos historiadores Sandra Jatahy Pesavento (2007) e Diogo Nunes (2011); sobre catolicismo popular, da presente autora; e sobre memória, do medievalista Jaques Le Goff (2008) e do sociólogo Maurice Halbwachs (2006), sempre privilegiando o entrelaçamento das abordagens da literatura e da história.

* Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.
E-mail: ninamassena@gmail.com

O estudo do mito ao qual se dedica Mircea Eliade (1972), em *Mito e realidade*, diz respeito à trajetória humana pela busca de sentido, empreendida desde as sociedades consideradas arcaicas até a sociedade contemporânea. A opção do autor pelo estudo das sociedades arcaicas é explicada pela forma explícita de como os mitos são construídos nessas coletividades. Porém, ele constata que essa necessidade não ocorre apenas nas sociedades arcaicas. Esta é uma necessidade comum a todas as sociedades.

A importância do estudo do mito deve-se ao fato de fornecer modelos para a conduta humana, uma vez que o mito seria o responsável pelas atribuições de sentido e de valor constitutivos de uma sociedade. Para Eliade (1972), os fenômenos humanos se apresentam como fenômenos da cultura e seu intento é compreender as bases organizacionais mais embrionárias das sociedades por meio da História das religiões.

Segundo o autor, o mito estaria relacionado à história sagrada, pois seria “sempre a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser” (p. 11), por isso, a afirmação de que o mito é modelo de conduta. Toda a compreensão do que seja a realidade do mundo depende do princípio criado pelo mito.

Independentemente da distância temporal e cultural que separa as sociedades arcaicas das contemporâneas, o mito é para o arcaico, o que a ficção é para as sociedades atuais. Sua função é similar, ao fornecer conexões ou sentido, entre a narrativa e a realidade.

Em meio a essa relação entre mito e ficção, situa-se a narrativa da História, por ser ela uma forma moderna de dar explicações da realidade. A diferença maior entre o arcaico e o moderno é a noção de “irreversibilidade dos acontecimentos [...] da História”, no caso, para o moderno, enquanto o arcaico reatualiza eventos míticos por meio de ritos (ELIADE, 1972, p. 17).

Os mitos, ao serem proferidos, comprovam sua validade e eficácia para quem os profere, atingindo um tempo que não é mais humano, por fundir-se com as divindades atemporais. O homem arcaico, ao recitar os mitos, é incorporado “àquele tempo fabuloso e a pessoa torna-se, conseqüentemente, contemporânea” dos eventos ocorridos no passado, compartilhando da presença dos Deuses ou dos Heróis evocados.

Com isso, os mitos são vividos e experimentados na existência de quem os evoca e consegue sair do que considera tempo profano e cronológico, adentrando em uma atmosfera mergulhada pelo sagrado e em um tempo, agora, simultaneamente “primordial e indefinidamente recuperável” (ELIADE, 1972, p. 21).

Os mitos, por serem a “História dos entes sobrenaturais”, dizem respeito a uma criação e relatam de que maneira algo surgiu, além de serem o paradigma primeiro “de todos os atos humanos significativos”. O mito é revivido para ser passível de controle e o conhecimento dele advém do ato de narrá-lo, “ingrediente vital da civilização humana. Longe de ser uma fábulação vã, ele é, ao contrário, uma realidade viva, à qual se recorre”, é uma “codificação da religião primitiva e da sabedoria prática” (p. 23).

De acordo com o autor, a literatura e a história têm em comum com o mito o fato de configurarem uma cosmogonia, visto que “as cosmogonias [...] servem de modelo para todos os tipos de “criações” (p. 39). Um exemplo disso é encontrado na necessidade da invenção do Ano Novo. Há essa necessidade universal de renovar o tempo para que o sentido seja, no termo de Eliade, reatualizado (p. 44). Essa necessidade remete à volta a uma “origem” e se associa “à ideia da perfeição e beatitude” (p. 52). Sem o Ano Novo, a sensação seria a de perecimento do Mundo, daí a necessidade de o Mundo ser “recriado” ano a ano (p. 72).

Outro ponto em comum entre sociedades distantes no tempo é identificado, pelo autor, na própria História da Arte Ocidental, em razão da necessidade, nela buscada, de se vislumbrar realidades ainda por existirem. Para ele, “são sobretudo os artistas que representam as verdadeiras forças criadoras de uma civilização ou de uma sociedade. Através de sua criação, os artistas antecipam o que deverá ocorrer [...] em outros setores da vida social e cultural” (ELIADE, 1972, p. 69) e compara a arte moderna à recriação do mundo, em que os artistas recriam “um Universo artístico no qual o homem possa simultaneamente existir, contemplar e sonhar” (p. 69).

A arte, no caso, a literatura, é o reflexo da necessidade de resgatar a beatitude anterior aos traumas impostos em meio à existência humana. Os diferentes trajetos do moderno e do arcaico correspondem a diferentes tradições de uma mesma condição humana.

A busca pelo “tempo primordial e paradisíaco da primeira infância, a beatitude anterior à ruptura [...] antes que o tempo se converta em um tempo vivido”, afirma Eliade fazendo referência a Freud, relaciona-se à análise deste sobre “a psicanálise e a concepção arcaica da beatitude e da perfeição da origem” (1972, p. 74).

Portanto, percebe-se que, por vias distintas, tanto as sociedades arcaicas quanto as complexas experimentam uma mesma necessidade de “rituais iniciatórios” (p. 75).

Eliade se utiliza da teoria do *regressus ad uterum*, isto é os “mitos que relatam as aventuras dos Heróis ou dos mágicos e xamãs que realizaram o *regressus* em carne e osso”. Neles, o herói sai vitorioso após o confronto com monstros e adquire nova condição de existência, nascendo de novo com um poder que não possuía antes e, renovado, é dotado de potencialidades nunca vistas ou sentidas (ELIADE, 1972, p. 76). Nesse “retorno à origem”, “o mito cosmogônico é passível de múltiplas aplicações, entre as quais a cura, a criação poética, a introdução da criança na sociedade e na cultura” (p. 77).

É interessante associar a busca de sentido e a sensação de não tempo à necessidade do sagrado e ao prazer estético que a arte proporciona. No caso deste trabalho, prioriza-se a literatura e a busca pela satisfação e enlevo provisórios por ela proporcionada, o que também é trazido pela razão histórica, nas sociedades modernas, ao fazer compreender relações causais entre eventos por meio de uma explicação teórica convincente.

Essa associação se baseia no fato de que todas essas buscas se fundem no delineamento humano de se atingir a perfeição, mesmo que fugidia, ou a beatitude, mesmo que conscientemente provisória, mas que estanca angústias no momento de sua realização ou experimentação.

Seria a abolição do tempo vivido, recomeçando a existência sem as agruras havidas no passado (ELIADE, 1972, p. 79). Residiria aí a busca pela transcendência e pelas similaridades entre mito, sagrado, literatura e razão histórica, nessa jornada pela busca de sentido, pois o tempo vivido é sofrimento, existir é sofrer.

Na literatura, assim como no mito, é preciso

libertar-se do Tempo [...] e tornar a atingir aquele instante paradoxal além do qual o Tempo não existia, porque nada se havia manifesta-

do. [...] chegando-se ao princípio dos Tempos, atinge-se o Não Tempo, o eterno presente que precedeu a experiência temporal, inaugurada pela primeira queda da existência humana. [...] a partir de um momento qualquer da existência temporal, pode-se chegar a exaurir essa duração ao percorrê-la em sentido contrário, e desembocar finalmente no Não Tempo, na eternidade. Isso, porém, significa transcender a condição humana e recuperar o estado não condicionado que precedeu a queda no Tempo e na roda das existências. (ELIADE, 1972, p. 80)

O autor reafirma essas aproximações, apesar de saber que se trata “de fenômenos culturais diferentes”, constatando o fato de haver “certa continuidade de comportamento humano no que concerne ao Tempo, através das idades e nas múltiplas culturas” (p. 81).

Como acima brevemente mencionado, na transição das sociedades arcaicas para as modernas, a explicação mítica cede lugar à explicação histórica que, juntamente com a literatura, têm um começo comum: o Tempo cosmogônico, que é o da criação, seria sucedido pelo Tempo mítico, que é sucedido, por sua vez, pelo tempo Histórico. História esta, “simultaneamente divina e humana” (ELIADE, 1972, p. 98). Dessa forma, haveria então uma continuidade entre pensamento mítico e filosófico, por este

utilizar e prolongar a visão mítica da realidade cósmica e da existência humana. [...] Foi somente devido à descoberta da História [...] ao despertar da consciência histórica no judeu-cristianismo e seu desenvolvimento em Hegel e seus sucessores – foi somente devido à assimilação radical desse novo modo de ser no Mundo que representa a existência humana, que o mito pôde ser ultrapassado. Hesitamos, contudo, em afirmar que o pensamento mítico tenha sido abolido. [...] ele conseguiu sobreviver, embora radicalmente modificado [...] ele sobrevive na historiografia! (p. 102)

Haveria solução de continuidade entre as narrativas míticas e o pensamento racional da filosofia e da historiografia, ou seja, a Filosofia e a História ultrapassam o mito, mas prosseguem buscando explicações sobre a origem dos fenômenos da natureza e sobre o funcionamento das sociedades humanas no tempo, enfim, sobre “o essencial que precede a existência humana” (ELIADE, 1972, p. 102).

Essa busca persiste nesses tipos de pensamento humano, pautados pela especulação e pela racionalidade científica. A necessidade de retorno às origens das sociedades arcaicas permanece nas sociedades europeias e nas ocidentais de modo geral. Prossegue a busca pela atualização e renovação de sentidos que norteiem existências, coletivas ou individuais, por meio da arte, da religião, da política ou do pensamento científico.

Um fenômeno similar ocorre no momento de enlevo ou contato com uma realidade exagerada e esteticamente eficaz que a literatura provê. Eliade (1972) compara esse momento a uma espécie de “saída do Tempo” (p. 164), em específico na literatura dos romances, em que há a aproximação desta com a função mitológica da atualização do tempo, pelo fato de a literatura ter o poder de transportar o leitor a uma espécie de tempo que atualiza os sentidos, semelhante ao controle dos arcaicos sobre o Mundo, ao entrarem em contato com os heróis sagrados nos rituais. O mesmo fato ocorre durante a experiência de se ler um romance, pois

em ambos os casos [...] há a saída do tempo histórico e pessoal, e o mergulho num tempo fabuloso, trans-histórico. O leitor é confrontado com um tempo estranho, imaginário, cujos ritmos variam indefinidamente, pois cada narrativa tem o seu próprio tempo, específico e exclusivo. O romance não tem acesso ao tempo primordial dos mitos; mas, na medida em que conta uma história verossímil, o romancista utiliza um tempo aparentemente histórico e, não obstante, condensado ou dilatado, um tempo que dispõe, portanto, de todas as liberdades de mundos imaginários. (ELIADE, 1972, p. 164)

Mais que qualquer outra forma de arte, a literatura seria constituída de

uma revolta contra o tempo histórico, o desejo de atingir outros ritmos temporais além daquele em que somos obrigados a viver e trabalhar. Perguntando-nos se esse anseio de transcender o nosso próprio tempo, pessoal e histórico, e de mergulhar num tempo “estranho”, seja ele extático ou imaginário, será jamais extirpado. Enquanto subsistir esse anseio, pode-se dizer que o homem moderno ainda conserva pelo menos alguns resíduos de um “comportamento

mitológico”. Os traços de tal comportamento mitológico revelam-se igualmente no desejo de reencontrar a intensidade com que se viveu, ou conheceu, uma coisa pela primeira vez; de recuperar o passado longínquo, a época beatífica do “princípio”. Como era de esperar, é sempre a mesma luta contra o Tempo, a mesma esperança de se libertar do peso do “Tempo morto”, do Tempo que destrói e que mata. (ELIADE, 1972, p. 164-165)

Suas contribuições sobre o sentido e a transcendência cumprem o papel de fundamentar a relação entre mito, literatura e história, ao demonstrar o alcance do Não Tempo por meio das três narrativas, independentemente das especificidades das culturas às quais essas narrativas pertençam, o que favorece a análise mais abaixo desenvolvida sobre o conto escolhido.

NARRATIVA LITERÁRIA E HISTÓRICA EM PAUL RICOEUR

Em *Tempo e narrativa*, Ricoeur (2010) afirma que a arte compartilha com o sagrado a busca pela eternidade e pela transcendência, ou, em outras palavras, a fuga da morte.

Ricoeur se esforça para descobrir como a narratividade e o tempo ajudam a refletir sobre isso, pois a arte também se opõe “à fugacidade das coisas” (p. 147). Na tríplice *mimesis* desenvolvida pelo filósofo francês, descortina-se a pré-configuração – correspondente ao tempo ainda não narrado, relacionado com o tempo cosmogônico descrito por Eliade e, segundo este, anterior às narrativas míticas –, depois a configuração, ou ao mundo do texto, e por último a reconfiguração ou ao tempo que se realiza no ato da leitura.

Dessas três etapas, destacam-se, neste estudo, as duas últimas. O tempo humano, segundo o pensador francês, seria formado pelo entrecruzamento entre as narrativas da história e as da ficção (RICOEUR, 2010, p.18).

Um comentador da obra de Ricoeur, David Pellauer, sintetiza *Tempo e narrativa*, destacando os seus principais aspectos. Segundo Pallauer (2009), é justamente o tempo histórico o elemento capaz de conectar o tempo subjetivo apontado por Aristóteles e o tempo objetivo apontado por Sto. Agostinho.

Esse autor identifica, na história e na ficção, as formas essenciais de narrativa e, mesmo que distintas entre si, elas são responsáveis pela superação da própria condição humana, refêm de sua existência, porque as narrativas históricas e literárias têm a capacidade de tornar o tempo “dessubstancializado” (p. 101), o que significa dizer que essa dessubstancialização do tempo o reconfigura. Reunidas em um só universo narrativo, ambas têm a capacidade de fazer com que o tempo seja compreendido simultaneamente como passado, presente e futuro.

Pellauer (2009) afirma que “a trama constitutiva da narrativa, extraíndo uma configuração de uma sequência de eventos compreensível, combina uma dimensão cronológica e outra não cronológica num todo significativo” (p. 101). O discurso narrativo consegue, então, reconfigurar o tempo na escrita, produzindo o mundo do texto, que ultrapassa o mundo e o tempo vivido e esclarecendo sobre o tempo em que se vive e seus problemas das mais várias naturezas. Como cada narrativa pode originar novas, há ainda o seu aperfeiçoamento, expandindo a compreensão da realidade temporal. O tempo, ao ser narrado, “pode ser compreendido de forma prática”, e por isso pode ser controlado, como o faziam as sociedades arcaicas de Eliade (PELLAUER, 2009, p. 102).

A história como narrativa constitui-se em construção ou interpretação do historiador que, mesmo alicerçado em documentos, narra a partir de uma especificidade dependente do seu tempo e da ação humana, contingencialmente singulares e situados.

Na narrativa histórica, o tempo adquire novo teor, pois

as possíveis relações entre passado, presente e futuro não são simplesmente as mesmas que há entre “antes” e “depois” [...] a história [...] depende [...] de algum conhecimento dos acontecimentos subsequentes. É por isso que não há história do presente. Com efeito, uma vez que o tempo continua a passar, assim também novos eventos subsequentes continuam a ocorrer, e o trabalho da explicação histórica é constantemente reaberto. (PELLAUER, 2009, p. 105)

Para o autor, por um lado, a história se distancia da ficção pelo fato de o historiador depender de documentos históricos e vestígios do que existiu, do que foi vivido, mesmo que ela conte com elementos poéticos. Por outro lado, não se discute que a história se aproxima da ficção por ser também algo criado pelo pesquisador, mesmo que se

refira ao que de fato ocorreu. No esforço explicativo do historiador, encontram-se teorias e regras específicas que dão credibilidade a uma narrativa que possa ser consensualmente considerada científica, mesmo em se tratando de um trabalho de interpretação, que busca apresentar

o que pode ser conhecido sobre o que efetivamente aconteceu, mas numa perspectiva hermenêutica isso será sempre uma interpretação do passado sujeita a possível crítica e revisão. Com efeito, o historiador busca explicar mais a fim de compreender melhor, o que reforça a alegação hermenêutica. Ricoeur conclui ter mostrado que a história efetivamente pertence ao campo narrativo enquanto definida por sua operação configuradora. (Pellauer, 2009, p. 106)

Sendo assim, pode-se afirmar que a conexão mais íntima entre história e literatura deriva da ligação entre explicação histórica e compreensão narrativa, apesar da distância epistemológica de ambas, pois a ficção não se prende a um “conjunto fixo de convenções” (p. 106). O tempo, na ficção, tem o futuro em aberto nas eventuais novas formas de narrativa que possam surgir. Para tanto, segundo o comentador, Ricoeur dá o exemplo do romance, que

amplia a esfera social na qual se desenrola a ação ao dar atenção a pessoas comuns. Também introduz uma ênfase maior nas personagens como indivíduos nos quais devemos pensar como pessoas reais e não como meros tipos ideais ou míticos como o herói ou o vilão. Com isso vem uma ênfase crescente na complexidade social e psicológica, combinada com novas maneiras de conceber a vida interior. (PELLAUER, 2009, p. 107)

Essa é a reconfiguração ofertada pela narrativa ficcional, que se relaciona ao efeito sobre o que é lido e entendido, pois “como toda narrativa, a ficção nos apresenta um mundo que podemos nós mesmos imaginar habitando” (PELLAUER, 2009, p. 107), o que potencializa o tempo humano, ultrapassando momentaneamente o que se vive.

Ricoeur sugere [...] a possibilidade de que, assim como há uma verdade da história enquanto narrada, também pode haver uma verdade da ficção que opera no nível do discurso estendido, não no da sentença. Trata-se de uma verdade não redutível à junção lógica dos

valores de verdade de suas sentenças individuais, razão pela qual se faz necessária uma hermenêutica para se entender o texto. Para aprofundar isso, [...] temos de ir além da ficção, até o ponto em que ela se encontra com a história sob a rubrica mais ampla de discurso narrativo. (PELLAUER, 2009, p. 108)

Ele centraliza a experiência humana, histórica ou ficcional no que privilegia como a produção mais importante do que seja humano: o mundo do texto. O que importa de fato é a capacidade humana de narrar o tempo, se ficcional ou vivido, não importa, pois

a ficção torna-se uma forma de articular novas experiências do tempo, experiências fictícias que têm o mundo do texto como horizonte, um mundo que nos ajuda, nos melhores casos, a ter um entendimento melhor de nosso próprio mundo. [...] No entanto, a narrativa ficcional é mais rica em informações que nos dá sobre o tempo do que a narrativa histórica, que também passa sempre alguma informação do tipo. As compreensões fictícias do tempo, encontradas tanto na ficção quanto na história, podem por sua vez estar relacionadas a maneiras de ser no mundo e à ação humana, porque partem de compreensões já constituídas no mundo e da ação tais como encontradas nas línguas corriqueiras existentes. Mas [...] também vão além da compreensão para a possibilidade de um novo entendimento e de um novo significado não apenas no tocante ao mundo e à ação humana, mas também em relação ao próprio tempo, sem com isso exaurir o seu mistério. (PELLAUER, 2009, p. 110-111)

A narrativa dá sentido ao tempo, mesmo sem esgotá-lo em seu significado. O tempo humano, fruto do

entrelaçamento de ação e sofrimento na história contada [...] pode ser relacionado ao tempo histórico, que media entre o tempo vivido e o tempo cósmico pela reinscrição daquele neste. A contribuição ficcional são variações imaginativas sobre esses tempos histórico e humano, variações que podem gerar novas técnicas narrativas que os historiadores, em troca, aprenderão a incorporar em suas narrativas. (PELLAUER, 2009, p. 111)

Mais uma vez observa-se que as abordagens de Eliade e Ricoeur se entrelaçam, por este último destacar que o tempo histórico possui

uma compreensão preexistente, associada ao tempo mítico, apesar de o tempo histórico ir mais além do tempo mítico, por este não ser datado. O tempo histórico estaria embasado em “condições de possibilidade” distintas, como o calendário (PELLAUER, 2009, p. 111), a sequência de gerações e o acesso do historiador à documentação e aos arquivos, que são provas do vivido, ou “sinais físicos do passado” (p. 112). Mas a ficção também repousa sobre o tempo histórico, pelo fato de

estar atada a uma versão dele, pois a ficção pode criar o seu próprio tempo histórico imaginário da mesma forma que pode criar o seu próprio mundo imaginário. Faz isso neutralizando o tempo histórico e jogando com suas possibilidades. [...] Ricoeur sustenta que o tempo da ficção sempre “equivale a” algo que, em última instância, é tanto real quanto humano, algo que ele nos ajuda a captar e entender. A ficção pode mesmo tentar explorar as fronteiras da nossa experiência do tempo e de qualquer ideia de tempo, incluindo o outro tempo: o da eternidade. Ao fazê-lo, ajuda-nos a ter noção das fronteiras entre literatura ou história e mito. [...] Podemos, portanto, dizer que a história e a ficção efetivamente se entrelaçam porque bebem uma na outra dentro do campo mais largo do discurso narrativo. E o fazem de maneiras que têm implicações e ressonâncias tanto epistemológicas quanto ontológicas. (PELLAUER, 2009, p. 113)

É aí que entra a noção forjada por Ricoeur, a de identidade narrativa, ou de “identidade pessoal ou comunitária expressa e mesmo constituída através das narrativas que falam dela” (PELLAUER, 2009, p. 113). O foco de Ricoeur, em *Tempo e narrativa*, são as estruturas internas objetivas a toda narrativa e como essas estruturas são absorvidas pela imaginação do leitor. Ele por fim associa o mundo do texto a uma hermenêutica da consciência histórica, “uma hermenêutica que leve [...] em consideração não apenas que vivemos no tempo, mas também que nós mesmos somos temporais” (PELLAUER, 2009, p. 114). Ricoeur defende, a partir daí, que esse exercício pode levar a uma hermenêutica da consciência histórica, ao concluir que esta pode nos fazer entender que além de sermos inseridos em um tempo e nós também sermos temporais, podemos caminhar para lá desses limites existenciais.

A narrativa seria a responsável então pelo fato de não sermos completamente determinados pelo tempo, por termos a capacidade

de nos distanciar dele, criticando-o e questionando-o. Graças a essa capacidade de construir a narrativa e de usufruir de seus produtos de tempos anteriores, condensamos as experiências de outros tempos.

A “consciência histórica une a consciência do passado, do presente e do futuro”, mas “ela nunca os reduz [...] está sempre se reiniciando de novo, porque ela mesma é fundamentalmente uma forma atemporal de compreensão e autocompreensão” (PELLAUER, 2009, p. 115). Mais ainda, a hermenêutica da consciência histórica pode revelar que mito, ficção e história fundem a condição humana em um patamar atemporal, graças à narrativa.

O tempo apreendido pela narrativa não é esgotado ou definido por ela, posto que é ela que lhe confere sentido. É a narrativa que povoa o vazio do tempo, o intervalo entre o tempo cosmológico e o da percepção humana incorporada nas narrativas.

O ENTRECRUZAMENTO ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA CULTURAL

Sandra Jatahy Pesavento (2007) propõe o estudo das sensibilidades humanas no passado a fim de poder revelar significados da representação do mundo. Sua análise concretiza o entrelaçamento da literatura com a história, pois ambas possuem como aproximações o fato de serem veículos de ressignificação do sentido do passado e da memória. Segundo a historiadora, as

sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam [...] do real e do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído, do pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e de seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos [...] são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real. (PESAVENTO, 2007, p. 20)

A literatura tem esse poder de elaborar sentimentos que se encontram com o do leitor, mesmo que dependam da subjetividade e da sensibilidade deste. A autora afirma que

o estudo das sensibilidades remete ao campo da estética, não somente pelos pressupostos que, de forma canônica a associam como o belo, mas na concepção que entende a estética como aquilo que provoca emoção, que perturba, que mexe e altera os padrões estabelecidos e as formas de sentir. Recuperar sensibilidades não é sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou. O passado encerra uma experiência singular de percepção e representação do mundo, mas os registros que ficaram, é que é preciso saber ler. [...] nos permitem ir além da lacuna, do vazio, do silêncio. [...] Em suma, as sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos. (p. 21)

A perspectiva de Pesavento (2007) retoma Paul Ricoeur (2010), em *Tempo e narrativa*, por entender que tanto o escritor da literatura quanto o historiador se aproximam em virtude da sensibilidade humana, matéria-prima comum à literatura e à história, independente de seus distanciamentos, o que revela que a confecção dessas narrativas e a sua leitura têm a capacidade de extrapolar o mundo do texto pelo alcance do impacto por elas provocado sobre a realidade do tempo ao qual o leitor pertence.

Diogo Nunes (2011), outro historiador que se dedica ao estudo dessas aproximações, mas com a análise sobre a subjetividade, também apresenta subsídios importantes. Ao refletir sobre Hayden White e essa aproximação, conclui que ambas se empenham em proporcionar uma “imagem verbal da realidade” (WHITE, 1978, p. 58, apud NUNES, 2011, p. 130),

de modo que, se por um lado a imagem que o literato cria corresponde a domínios da experiência humana que não são menos reais que os trabalhos do historiador; por outro, a história não pode ser entendida como um espelho do que propõe representar e descrever, pois ela aponta tanto para o conjunto de eventos que tenciona descrever quanto para “a forma genérica de estória à qual ele tacitamente equi-

para o conjunto a fim de expor a sua coerência formal”. (WHITE, 1978, p. 106, apud NUNES, 2011, p. 130)

Entretanto, considera-se pertinente o ponto de vista de Nunes (2011) ao afirmar que, apesar de se encontrarem “em textualidade, história e literatura estabelecem relações distintas com a realidade” (p. 131), mesmo em se tratando da realidade da subjetividade humana, o que concilia seu ponto de vista com o de Ricoeur e não com o de White.

PERPETUAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA E DO TEMPO E O CATOLICISMO POPULAR NO CONTO DE ÉLIS

Antes de apresentar uma análise mais pormenorizada sobre o conto de Élis, serão tratadas, nesse item e no seguinte, questões como a da religiosidade da personagem Joana e as análises sobre a memória. Uma vez feito isso, é que o conto propriamente dito será detalhado e relacionado com as contribuições elencadas no texto.

Pois bem, o catolicismo de Joana não tem base institucional e doutrinária como no chamado catolicismo oficial. É praticado por leigos e não por sacerdotes. É uma mistura de crenças em forças da natureza, catolicismo medieval português e religiosidades indígenas e africanas (SANTOS, 2008). Meio de sobrevivência das pessoas humildes desde a época da colônia brasileira, persiste até hoje como prática religiosa majoritária, povoando de sentido o tempo dos seus fiéis, que leem o mundo por meio desse credo. Mescla do pensamento mágico e sincrético e da solene presença dos clérigos do catolicismo oficial, é uma fé popular envolta na magia cotidiana definidora do perfil dos acontecimentos desse mundo. Essa devoção, ritualística e carente de doutrina, lança o indivíduo à autonegação, ao entregar a Deus sua vida e seu destino, recusando-se a assumir uma responsabilidade individual para com o seu futuro. Devoção, de acordo com a teologia, é uma obrigação a Deus, fervor perene, postura cotidiana de fé, é o sentimento amoroso que liga o fiel à divindade e inspiração que o unifica com o sagrado. A religiosidade advinda desse contexto é uma mistura de representações mágicas mergulhadas em noções nebulosas de um Deus monoteísta e ético. O catolicismo popular é essa espécie de caleidoscópio multifacetado do sagrado (SANTOS, 2008). Praticado nas fazendas e nos

arraiais, contava com escasso número de clérigos, insuficientes para atender à população dispersa nesse cenário rural e era uma das principais matrizes culturais da sociedade brasileira. Está presente no conto, em que Joana, em sua relação devocional com a santa, remete à memória de tradições religiosas ancestrais que imprimem lembranças enraizadas naqueles que viveram ou vivem essas práticas (SANTOS, 2008).

HISTÓRIA, MEMÓRIA E CATOLICISMO POPULAR EM ÉLIS

Segundo o historiador Jaques Le Goff (2008), literatura e história também têm em comum a história das representações, ligada, assim, à história do imaginário que “permite tratar os documentos literário e artístico como plenamente históricos, sob condição de ser respeitada sua especificidade” (p. 11).

O autor arremata a simbiose entre as narrativas literária e histórica quando afirma que existe “a necessidade do historiador de misturar relato e explicação”, que “fizeram da história um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência”, mas apesar de lembrar que esse tipo de relação foi própria do século XIX, em virtude do crescimento do “tecnicismo da ciência histórica”, não deixa de admitir que o historiador é também um escritor, pois “sempre existirá uma escrita da história” (p. 12).

Quesito fundamental ao serviço do historiador, o tempo acaba por ser fundido entre as suas percepções e as da memória coletiva, ambas perpassadas pela história que o embasa e envolve, numa prática teórico-metodológica que supera a questão da existência de duas memórias de tempo: a da memória coletiva e a dos historiadores (LE GOFF, 2008, p. 29).

Esse ajuste é elaborado pela História Nova, que se esforça por transformar a memória coletiva em uma história científica, o que, segundo o autor, configura uma “revolução da memória”, em razão do abandono de narrativas lineares e a percepção da existência de tempos múltiplos, logo, com a consideração de inúmeros “‘lugares’ da memória coletiva” (2008, p. 467). Cada memória coletiva ou de grupos obedece a um ritmo, a um tempo, a uma lógica e cabe à História harmonizar-lhes o sentido por meio da análise de sua especificidade, para atingir os chamados

“novos métodos de rememoração, como o das histórias de vidas” (LE GOFF, 2008, p. 468). A memória coletiva é então percebida, mesmo com os tradicionais mecanismos de análise histórica, de forma diferente, uma vez relativizada em suas próprias concepções, na tentativa de mergulhar nessas múltiplas memórias específicas de ritmos variados.

Para Le Goff (2008), a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (p. 469).

A memória é um conjunto de funções psíquicas atualizadas por impressões passadas (p. 419), é o que dá consistência e sentido ao tempo, indiferente da época ou do local em que se vive. O construto do mito, da memória, da história, da literatura é o tempo narrado em suas mais variadas formas.

No caso do conto “A Virgem Santíssima no quarto de Joana”, de Bernardo Élis (2005), há a memória cristalizada nas práticas religiosas mergulhadas na devoção aos santos, que remetem a cultos e festividades que têm suas tradições ressignificadas a cada geração, adaptadas a novas realidades, a novos tempos, a novas leituras, aprofundando, porém, a tradição perpetuada, mesmo com modificações, justamente pela narrativa e pela memória. A narrativa e a memória retratadas são orais, pois o catolicismo popular, tradicionalmente, não conta com o registro de documentos oficiais que o tenham erigido, e sim com descrições de bispos, relatos de viagem sobre suas práticas e descrições em jornais, pois a fonte da narrativa e da memória dessa manifestação advém da tradição oralizada dos seus fiéis.

A literatura de Élis faz parte de um movimento que se aproxima do trabalho do historiador, ao demarcar um território cultural pleno de sentido, que reconstrói o tempo configurando e reconfigurando-o por meio de sua narrativa. A narrativa e a memória, (re)construídas, configuradas e reconfiguradas pela literatura ou pela história, procuram “salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (LE GOFF, 2008, p. 471).

Para Maurice Halbwachs (2006), o “social se confunde com o consciente, mas também [...] com a rememoração sob todas as suas formas. [...] sociedade e consciência [...] estão implícitas uma na outra e, por conseguinte, [...] sociedade e memória” (p. 22).

Nesse conto de Élis, há uma reconstrução social que pode ser associada à análise de Halbwachs, por este afirmar que a “lembrança depende de séries de pensamentos coletivos emaranhados” (p. 70), na medida em que a memória individual está em constante contato com outras memórias individuais, que não foram criadas individualmente, mas fazem parte de seu contexto social, pois é a memória que preenche o tempo de conteúdo e do que é o real. É o que traz a narrativa desse conto, que envolve, em sua descrição da relação de Joana com a Virgem, memórias do catolicismo popular, a experiência de um tempo reconfigurado pela personagem e também o sentido das manifestações de um grupo humano e de seu não tempo, na busca pela transcendência.

SENTIDO, TRANSCENDÊNCIA E MEMÓRIA NO CONTO “A VIRGEM SANTÍSSIMA NO QUARTO DE JOANA”, DE BERNARDO ÉLIS

Em “A Virgem Santíssima no quarto de Joana”, conto do livro *Ermos e gerais*, Bernardo Élis narra a trágica história da bela e romântica jovem Joana. Órfã e agregada de uma família de fazendeiros, ela tem pregada, na parede de seu quarto, a imagem de sua santa de devoção, um sinal de sua ligação com o sagrado do catolicismo popular.

Essa é a história de uma moça que tem a vida destruída por uma série de acontecimentos que culminarão em sua morte. Esses acontecimentos são desencadeados por sua entrega ao amor. O drama de Joana tem início quando ela se enamora pelo filho de seu patrão, um rapaz apelidado de Dedé. Essa paixão faz com que ela conheça os prazeres do sexo antes do casamento. Confiando nas palavras doces de seu amado, a moça se esquece das diferenças de classe que separam sua realidade da dele e investe sua virtude de jovem casta e pura na esperança de mudar sua vida, cessar seu sofrimento e sua pobreza.

Vale destacar que, em um só trecho, Élis se refere à santa e ao rapaz – fonte de todos os males que estão por vir –, que o autor descreve da seguinte forma:

Virgem santíssima de folhinha – muito bondosa e risonha. A virgem testemunhara tudo com aquele mesmo semblante de misericórdia e de bondade. Até a noite em que a moça abriu a janela para conversar

com o filho do coronel (que lua fazia!) e ele pulou para dentro do quarto. (ÉLIS, 2005, p. 160-161)

Esses encontros escondidos constituem o ponto alto da vida de Joana, pois, de algum modo, pareciam aliviar o seu sofrimento cotidiano. Como boa fiel, sentia-se protegida pela santinha, mesmo vivendo um conflito interno, em virtude de seus sentimentos de culpa diante do seu amor, da moral e do fato de ser socialmente proibido. Do romance de Joana com o filho do coronel, surge a gravidez e, a partir de então, sua vida começa a mudar, mas não para melhor.

Assim que a família do rapaz toma conhecimento do fato, decide encobrir o que considerava uma vergonha. Na tentativa de remediar o “escândalo” da jovem que poderia prejudicar o futuro de Dedé, entregam-na em casamento ao coveiro das redondezas. Em meio ao seu destino inescapável e impiedoso, o de ser entregue a um homem muito mais velho, bêbado e envolto em histórias macabras de assassino devorador de recém-nascidos, cumprem Joana e seu pequeno filho bastardo o fardo de fim dramático.

Sua santa lhe deu forças para viver e mesmo sem amor ou vontade, casa-se com o coveiro e engravida novamente. É sua reta final rumo à morte. Élis faz também referência a Nossa Senhora das Candeias e às várias denominações da santa, como Nossa Senhora da Luz, Nossa Senhora da Candelária ou Nossa Senhora da Purificação, considerada a protetora das parturientes, que as abençoa e purifica nos pós-parto.

Quando é narrada a morte de Joana, que não resiste ao parto do filho do seu marido, ela percebe que ele devora a perna do pequeno filho de seu amor. Seus pensamentos, sua fraqueza e o seu delírio são descritos pelo autor da seguinte forma: “os pagãos [...] enxergam, no fundo impossível do limbo, uma luz muito fraca que lhes alumia o caminho da eternidade. Não seria uma visão do outro mundo? Seu filho não morrerá pagão?” (ÉLIS, 2005, p. 167).

A vida e a morte de Joana, em seus momentos cruciais, estão entremeadas pela devoção à santa. No conto, o sincretismo do catolicismo popular não passa despercebido pelo autor, que descreve a cantiga de Joana ninando seu filho morto: “Tutu calundum, sai detrás do murundum, vem pegá neném, quitá com calundum” (ÉLIS, 2005, p. 168). Esses são seus últimos momentos, já que o outro motivo da morte

de Joana deve-se ao desespero de perceber o assassinato de seu querido bebê.

Após a morte de Joana, o autor observa ainda a presença da santa, sempre serena e carinhosa: “A virgem santíssima que Joana tinha no quarto, em casa de coronel, estava pregada assim na parede” (ÉLIS, 2005, p. 169).

A devoção sincrética e ritualística e a memória de dias felizes são, para Joana, os únicos motivos de contentamento em sua triste vida, que conjugam-se com o símbolo de bondade e esperança na face da santa, representando tudo o que foi ausente em sua vida, isto é, a imagem da santa representa o contrário de sua experiência. Aquela era a imagem de uma eternidade talvez vindoura, sagrada e socialmente valorizada, num tempo não vivido. A morte de Joana e todos os fatos que se desencadearam em sua vida se relacionam também com o amor romântico e com a culpa por ter se unido a um homem em enlevo sexual sem ser casada. Seria interdito a ela, pela moral social e religiosa, adentrar no universo dos prazeres carnavais sem punição. Sua morte era uma espécie de catarse a purgar seu corpo e sua alma, assim como o corpo e a alma de seu filho concebido pelo pecado.

A Virgem era o oposto da virtude perdida de Joana, sacrificada em nome de um amor carnal ilegítimo. Entretanto, é abençoada na saída desse mundo, pela Santa Virgem e por Nossa Senhora da Purificação, que permitem sua entrada no verdadeiro mundo.

Joana concretiza sua transcendência rumo à vida celestial. A santa é o símbolo possível de intermediação de sua realidade, posto que o catolicismo preenche o seu vazio e a livra de seu pecado, restituindo-lhe a vida espiritual e moral.

As noções de não tempo, transcendência, configuração e reconfiguração, sensibilidades, subjetividade, memória e catolicismo popular relacionam-se à análise de Eliade (1972) e Ricoeur (2010), pois a Virgem, mesmo em forma de uma imagem, transporta Joana para uma leitura de mundo focada na fé de seu credo, é a responsável pela sua leitura de mundo e o que dá sentido a ele, reconfigurando seu tempo, agora maior que sua existência.

Com a narrativa de seu conto, Bernardo Élis demonstra a configuração e reconfiguração do tempo ao apresentar o sentido religioso da coletividade retratada por meio de Joana.

Ao se relacionar sagrado, história, memória e reconstruindo-se as sensibilidades e a subjetividade de uma realidade social, percebe-se a demarcação formal de um tempo que é potencializado e que proporciona, por meio da literatura, sentido e transcendência.

Todas as referências teóricas visitadas estão presentes no conto: a relação com o sagrado similar ao mito, o não tempo, a configuração e a reconfiguração do tempo e do mundo, as sensibilidades, a subjetividade e a memória coletiva, no caso, espelhada no catolicismo popular. Tudo isso conecta o sentido das narrativas míticas, históricas e literárias rumo à transcendência.

MYTHICAL, LITERARY AND HISTORICAL NARRATIVES AND THE SEARCH FOR MEANING IN BERNARDO ÉLIS'S TALE "A VIRGEM SANTÍSSIMA NO QUARTO DE JOANA"

ABSTRACT

Mythical, Literary and historical narratives hold in common the search for meaning and transcendence, humanizing time and the world. Their similarities and interdependencies lie in Mircea Eliade's analyses of myth and in the relationship between Paul Ricoeur's literary and historical narratives and the notions of configuration and reconfiguration. In addition, the analyses made by historians about sensibilities, subjectivities, popular catholicism and memory are all applied to the aforementioned Élis tale.

KEY WORDS: narrative, myth, history, literature, meaning, transcendence.

NARRATIVAS MÍTICA, LITERARIA E HISTÓRICA Y LA BÚSQUEDA DE SENTIDO EN EL CUENTO DE BERNARDO ÉLIS, "A VIRGEM SANTÍSSIMA NO QUARTO DE JOANA"

RESUMEN

Las narrativas mítica, literaria e histórica tienen en común la búsqueda de sentido y la transcendencia, humanizando el tiempo y el mundo. Sus similitudes e interdependencias están en el análisis del mito de Mircea Eliade y en la relación entre las narrativas literaria e histórica de Paul Ricoeur, con las nociones de configuración y reconfiguración. Se suma a ello el análisis

de historiadores sobre sensibilidades, subjetividades y catolicismo popular y memoria, observaciones, todas ellas, aplicadas al referido cuento de Élis.

PALABRAS CLAVE: narrativa, mito, historia, literatura, sentido, transcendencia.

NOTA

1 Trechos do presente texto foram apresentados no dia 3 de julho de 2013, no IV Simelp, Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ÉLIS, Bernardo. *Ermos e gerais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 247 p.

NUNES, Diogo. História, literatura e subjetividade. In: EWALD, Ariane P. (Org.). *Subjetividade e literatura: harmonias e contrastes na interpretação da vida*. Rio de Janeiro: Nau, 2011. p. 127-154.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 224p.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. 3ª Reimpr. Campinas: Unicamp, 2008. 541p.

PELLAUER, David. *Compreender Ricoeur*. Petrópolis: Vozes, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (Orgs.). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a intriga e a narratividade histórica*. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SANTOS, Leila Borges Dias. *Ética da súplica: catolicismo em Goiás no final do século XIX*. Goiânia: Ed. UCG, 2008.

Recebido em 9 de julho de 2014

Aprovado em 21 de julho de 2014
